



PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E EDUCAÇÃO DO CAMPO: PROFESSORAS/ES CONSTRUINDO SABERES E DESCOBRINDO SABORES NO MUNICÍPIO DE IRITUIA – PARÁ

DOI: 10.56579/eduinterpe.v1i2.2255

Ângelo Rodrigues de Carvalho¹

¹ Doutor em Educação pela Universidade Brasília. E-mail: angeloeafcpa@yahoo.com.br

Resumo: O presente artigo investiga as práticas pedagógicas na Educação do Campo no município de Irituia, Pará, destacando a interação entre saberes tradicionais e práticas educativas, a partir da realização da I Feira Cultural e Pedagógica do Campo no município, organizada pelas/os professoras/es, discentes da turma de Licenciatura em Educação do Campo do Programa Forma Pará em convênio com o IFPA – Campus Castanhal. Analisa-se como professoras/es-educandas/os constroem conhecimentos a partir do contexto sociocultural e econômico local, ressignificando o contexto do processo ensino-aprendizagem. Além disso, explora a relação entre educação e alimentação, enfatizando a valorização da produção agrícola familiar e a segurança alimentar nas escolas e no município. A pesquisa baseou-se em uma revisão bibliográfica e na imersão de um dia nas práticas desenvolvidas pelas/os discentes. Os resultados indicam que a integração entre práticas pedagógicas e saberes locais potencializa a educação e fortalece a identidade das/os professoras/es-educandas/os do campo.

Palavras-chave: Educação do Campo; Práticas Pedagógicas; Saberes Locais.

INTRODUÇÃO

A Educação do Campo trata-se de um modelo educacional que busca garantir o direito à educação para sujeitos-territórios do campo, das águas e das florestas, respeitando e valorizando seu modo de vida e suas especificidades culturais e produtivas. No município de Irituia-PA, localizado na região da Amazônia do nordeste paraense, professoras e professores enfrentam desafios e oportunidades ao integrar saberes locais ao ensino formal-tradicional.

Na prática pedagógica da Educação do Campo, é importante ressaltar que a abordagem pedagógica trabalhada nos territórios camponeses, não se limita aos conteúdos escolares tradicionais, pois promove a inclusão dos conhecimentos locais com os conhecimentos agroecológicos, considerando a cultura alimentar e as histórias dos sujeitos-territórios do campo, das águas e das florestas. Como afirma Caldart (2004, p. 10) “o campo é espaço de vida digna e que é legítima a luta por políticas públicas específicas e por um projeto educativo próprio para seus sujeitos”.

Neste sentido, a Educação do Campo, historicamente, inscreve-se e se inscreve enquanto uma permanente luta dos sujeitos-territórios que vivem e se reproduzem da terra, das águas e das florestas. Constitui-se, mesmo, em uma luta por direito, e esses direitos, não são quaisquer direitos, trata-se, pois, do direito a ter direito de acesso e respeito aos direitos humanos, que está inscrito na Carta das Nações Unidas e na Declaração Universal dos Direitos Humanos, respectivamente, adotadas em 1945



e em 1948, e são inerentes a todos os seres humanos, independente de cor, sexo, raça, credo, etnia, nacionalidade ou qualquer outra condição.

Contudo, diante de todo contexto de luta em que está inserida a Educação do Campo, não se pode perder de vista, como observa Molina (2018, p. 37. Grifos meus)

[...] é importante que nunca esqueçamos a ideia de que, na história dos Direitos Humanos existem muitos avanços e também há muito retrocessos, a construção histórica dos direitos humanos não é linear e ela muitas das vezes enfrentam grandes retrocessos com a desconstrução dos direitos. Nós passamos há pouco na história brasileira um período de avanço na construção dos direitos, mas **passamos recentemente** um momento forte da desconstrução desses direitos.

De acordo com Molina o processo de construção de direitos é também uma luta histórica, como é a luta pela busca de políticas públicas, as quais não acontecem sem investimentos, com a falta de recursos. As lutas por direitos e o direito de políticas públicas, são traços do conflito dialético entre as sociedades, afinal a história do homem é marcada pela história da dialética; o que hoje é, amanhã pode deixar de ser, e o que amanhã pode ser construído, dias depois pode ser desconstruído. É dentro desse movimento dialético que a Educação do Campo vem sendo construída. Desta forma, “No processo histórico das lutas que fizemos para a construção da Educação do Campo como política pública, nós falávamos muitas vezes: não há política pública sem orçamento” (Molina, 2018, p. 39).

Portanto, a Educação do Campo se fundamenta em políticas públicas e diretrizes pedagógicas que promovem uma formação contextualizada e crítica da realidade dos sujeitos-territórios camponeses. No Brasil, documentos como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e o Programa Nacional de Educação do Campo (PRONERA) orientam a construção de currículos adaptados às realidades dos territórios rurais. Como afirma Molina (2018, p. 36) “O PRONERA e a Educação do Campo escrevem um novo capítulo da educação brasileira”.

Nesta perspectiva, Melo (2018, p. 27) salienta que “Ao passo que o PRONERA vai se desenvolvendo, a concepção e as políticas de Educação do Campo também vão se consolidando. A Educação do Campo foi gestada na prática para depois surgir seu conceito e, no campo institucional, consolidar-se como Política Nacional”.

Em Irituia, a turma de Licenciatura em Educação do Campo, trazem a agricultura familiar e a cultura local enquanto elementos essenciais para a identidade de educandas/os, bem como de educadoras/es, e, que por esta razão, precisam ser valorizados no processo educativo, pedagógico e produtivo de todos os sujeitos-territórios, participantes e construtores de sua própria história.



Por esta razão, é que para Caldart (2004, p. 11)

Outra conquista política importante é à entrada da questão da Educação do Campo na agenda de lutas e de trabalho de um número cada vez maior de movimentos sociais e sindicais de trabalhadores e trabalhadoras do campo, o que vem pressionando sua inclusão na agenda de alguns governos municipais, estaduais e também na agenda do governo federal

Nesse sentido, as bases teóricas da Educação do Campo estão fundadas nos princípios de uma educação inclusiva, participativa, crítica e emancipadora. Logo, seus princípios dialogam de forma perene e consubstancialmente com uma prática pedagógica e educativa que está sempre em processo de transformação.

A busca por um modelo e um processo educacional que promova a inclusão e o respeito ao modo de vida dos sujeitos-territórios camponeses, atentando ao mesmo tempo para a ampliação da participação desses sujeitos, postulando revisões, debates e construções críticas da realidade, com foco no alcance da emancipação política e sociocultural dos sujeitos-territórios do campo, das águas e das florestas, é o cerne da prática pedagógica e educativa da educação camponesa, por isso mesmo a Educação do Campo compreende e é compreendida por ser educação libertadora.

Nesse sentido,

A educação das massas se faz, assim, algo de absolutamente fundamental entre nós. Educação que, desvestida da roupagem alienada e alienante, seja uma força de mudança e de libertação. A opção, por isso, teria de ser também, entre uma “educação” para a “domesticação”, para a alienação, e uma educação para a liberdade. “Educação” para o homem-objeto ou educação para o homem-sujeito (Freire, 1989, p. 36).

É importante ressaltar que de acordo com as análises do professor-educador Arroyo (2013, p. 9) “Somos nós mesmos resultado das tensas relações em que a educação e o nosso trabalho estão inseridos. Resultado das novas fronteiras onde disputamos reconhecimento como sujeitos de tantos direitos ainda negados”. Logo, diante da histórica negação de direitos, as práticas pedagógicas se transformam em territórios de resistências, onde “os sujeitos-territórios se inventem e se reinventem todos os dias, e se reinventando crie-se novas formas de resistências e novas territorialidades de luta por uma educação diferenciada, que seja humana, emancipatória e libertária”, como afirmam Carvalho e Sousa (2024, p. 47).

METODOLOGIA

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, combinando revisão bibliográfica e a imersão *in loco*, com a visita na I Feira de Educação do Campo organizada pelas/os professoras/es educandos



da turma de Educação do Campo. A realização da visita serviu para compreender as práticas pedagógicas e os desafios enfrentados pelas/os professoras/es discentes, no que tange a construção de um ensino que seja significativo e contextualizado.

A realização da pesquisa bibliográfica se fez sobre a importância da Educação do Campo no processo de formação dos sujeitos do campo, das águas e das florestas. Sobre esta prática metodológica, pode-se inferir que “Sua importância reside no fato de ser não só uma maneira específica de estudar um determinado tema, mas também de se apresentar como um pré-requisito necessário à realização de projetos de pesquisa e de outros tipos de investigação” (Ludwig, 2012, p. 51).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As Práticas Pedagógicas das/os professoras/es educandas/os da turma de Licenciatura em Educação do Campo de Irituia-PA, destacaram a importância de metodologias participativas, como projetos interdisciplinares sobre agricultura, feiras agroecológicas escolares e atividades relacionadas à culinária tradicional. Nessa perspectiva, pode-se inferir que a prática pedagógica é entendida “como o resultado de um processo que tem o seu início na própria prática, informada tanto pela teoria como pela situação particular vivenciada pelo ator” (Caldeira, 2013, p.17).

A prática pedagógica desenvolvida pela escola está amplamente associada a práticas sociais. Os professores precisam compreender o significado social das decisões na sua prática pedagógica, pois estas definem as relações entre os elementos que a integram. Do contrário, se tornarão vítimas de modismos e de linguagens sem significados teóricos para fundamentar sua ação. A escola, por meio do trabalho pedagógico, organiza relações localizadas entre as finalidades específicas de educação formal e as finalidades sociais para a formação humana (Farias, 2019, p. 31).

Durante a realização da I Feira de Educação do Campo organizada pelas/os professoras/es educandas/os da turma de Educação do Campo de Irituia – Pará, notou-se que as práticas pedagógicas nas escolas do município, estão diretamente ligadas à produção local, valorizando a alimentação escolar, o que reforça o conceito de soberania alimentar.

Assim sendo, as práticas pedagógicas tem possibilitado a descoberta de saberes e sabores que permitem fortalecer a identidade cultural dos sujeitos-territórios do campo, das águas e das florestas, bem como, favorecido a valorização da alimentação escolar pautada nos princípios da soberania alimentar, que nada mais é do que o direito dos sujeitos-territórios do campo, das águas e das florestas de escolherem como organizarão a produção e a distribuição dos seus alimentos, numa estreita relação



com a democratização do acesso à terra e ao território, com modelos produtivos sustentáveis de base agroecológica e na valorização da pequena produção, fruto da agricultura familiar camponesa.

Há de se observar que, “O movimento da Educação do Campo compreende que a Escola do Campo deva ser uma aliada dos sujeitos sociais em luta, para poderem continuar existindo enquanto camponeses e para continuar garantindo a reprodução material de suas vidas, a partir do trabalho na terra”

Portanto, há de se considerar que as práticas pedagógicas trabalhadas pela Educação do Campo, possibilita não apenas a construção de saberes e a descoberta de sabores, mas proporciona também e fundamentalmente o reconhecimento e valorização dos direitos, dos valores e do modo de vida dos sujeitos-territórios do campo, das águas e das florestas, fortalecendo assim a luta por políticas públicas e a dinâmica do processo de produtivo de novos conhecimentos, que integram as ações da escola e das instituições de ensino superior à vida da e em sociedade.

O aperfeiçoamento das práticas pedagógicas em consonância com as metodologias políticas de formação e educação da Educação do Campo, pode ampliar os caminhos em busca de uma transformação da sociedade, a partir da emancipação política e sociocultural dos sujeitos-territórios, individual e coletivamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa evidenciou que a integração entre práticas pedagógicas e saberes locais contribui para a construção de uma Educação do Campo mais significativa e contextualizada. No município de Irituia-PA, a relação entre educação e alimentação fortalece a identidade cultural dos estudantes e promove um desenvolvimento territorial pautado na sustentabilidade socioeconômica e ambiental, voltado a melhoria da qualidade do padrão de vida dos sujeitos-territórios do campo, das águas e das florestas.

Por esta razão,

A Educação do Campo se confronta com a “Educação Rural”, mas não se configura como uma “Educação Rural Alternativa”: não visa a uma ação em paralelo, mas sim à disputa de projetos, no terreno vivo das contradições em que essa disputa ocorre. Uma disputa que é de projeto societário e de projeto educativo (Caldart *et al.*, 2012, p.16).

Desta forma, recomenda-se a ampliação de iniciativas de práticas pedagógicas que valorizem os saberes locais e incentivem a participação dos sujeitos-territórios na realidade histórica e



sociocultural de seus espaços de vivência, bem como na vida das escolas, de seus educandos e educadores, em busca da melhoria e do fortalecimento do processo educativo.

A Educação do Campo, a partir da adoção e do trabalho com as práticas educativas construídas pelas/os próprias/os educadoras/es-educandas/os, mediante os princípios da dialética, do trabalho coletivo, da luta política pela terra e pelo território e da formação para a vida, promove a reestruturação do processo educativo e do entendimento dos sujeitos, enquanto protagonistas de suas próprias histórias e construtores de uma consciência coletiva, enquanto trabalhadores e sujeitos históricos que são.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G.; CALDART, Roseli S.; MOLINA, Mônica C. (Org.). **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

CALDART, Roseli S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CALDART, Roseli S. et al. Educação do Campo. In: CALDART, r. s.; PEREIRA, i. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CALDEIRA, Anna Maria Salgueiro; ZAIDAN, Samira. Práxis pedagógica: um desafio cotidiano. **Paidéia**. Revista do curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências Humanas, Sociedade e da Saúde, Univ. Fumec. Belo Horizonte: Ano 10 n. 14 p. 15-32 jan./jun. 2013.

CARVALHO, Ângelo R. de; SOUSA, Aliene da S. Programa Forma Pará em Irituia - da feira à sala de aula: redescobrimos saberes. In: SILVA, João Roberto de S. S. (Org.). **Estudos e Pesquisa em Educação: saberes e práticas**. Vol. 2. 1ª ed. Curitiba/PR, Editora Bagai, 2004.

FARIAS, J. P. **A didática e a prática escolar**: abordagens e objeto. Trabalho de Conclusão de Curso - Campus Universitário de Abaetetuba, Faculdade de Educação e Ciências Sociais. Universidade Federal do Pará. 42f.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

LUDWIG, A. C. W. **Fundamentos e práticas de Metodologia Científica**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

MELO, Conceição C. Os 20 anos do Programa Nacional de educação na Reforma Agrária (PRONERA) e a importância do tripé movimentos sociais – instituições de ensino – INCRA. In: GUEDES, Camila G. et al. (Orgs.). **MEMÓRIA dos 20 anos da educação do campo e do PRONERA**. Brasília: Universidade de Brasília; Cidade Gráfica, 2018.



MOLINA, Mônica C. 20 anos do PRONERA e da Educação do Campo. In: GUEDES, Camila G. et al. (Orgs.). **MEMÓRIA dos 20 anos da educação do campo e do PRONERA**. Brasília: Universidade de Brasília; Cidade Gráfica, 2018.

VIERO, Janisse; MEDEIROS, Liziany M. **Princípios e concepções da educação do campo**. 1. ed. Santa Maria, RS: UFSM, NTE, 2018.